

## Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 1º trimestre de 2016

Cataguases, 13 de maio de 2016 - A Administração da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Minas Gerais” ou “Companhia”) apresenta os resultados do primeiro trimestre (1T16).

As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

### 1 Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Minas Gerais é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 435 mil consumidores e uma população de aproximadamente um milhão de habitantes em 65 municípios do estado de Minas Gerais e um no estado do Rio de Janeiro.

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro trimestre de 2016 e 2015:

Descrição	1T16	1T15	Variação %
<b>Resultados - R\$ milhões</b>			
Receita Operacional Bruta	247,4	205,2	+ 20,6
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	239,9	195,2	+ 22,9
Receita Operacional Líquida	142,0	127,6	+ 11,3
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	134,5	117,6	+ 14,4
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	9,1	13,9	- 34,5
EBITDA	16,7	18,9	- 11,6
EBITDA Ajustado	19,1	20,4	- 6,4
Resultado financeiro	(10,1)	(8,3)	+ 21,7
Lucro Líquido	(0,6)	3,6	-
<b>Indicadores Financeiros - R\$ milhões</b>			
Ativo Total	732,5	649,3	+ 12,8
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	66,3	19,1	+ 247,1
Patrimônio Líquido	179,9	94,9	+ 89,6
Endividamento Líquido	240,2	273,1	-12,0
<b>Indicadores Operacionais</b>			
Número de Consumidores Cativos (mil)	435,2	428,6	+ 1,5
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	312,9	327,5	- 4,5
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	390,3	427,1	- 8,6
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	9,63	9,17	+ 0,46 p.p.
<b>Indicador Relativo</b>			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	13,5	16,0	- 2,5 p.p.
Endividamento líquido/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	2,6	3,3	- 21,2

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

## 2 Desempenho financeiro

### 2.1 Receita operacional bruta e líquida

No primeiro trimestre de 2016 (1T16), a Energisa Minas Gerais apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 239,9 milhões, ante R\$ 195,2 milhões registrados em 2015, um aumento de 22,9% (R\$ 44,7 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 14,4% (R\$ 16,9 milhões) no período, para R\$ 134,5 milhões.

Dentre os fatores que impactaram as receitas no 1T16 se destacam:

- Embora o número de consumidores cativos tenha apresentado um crescimento de 1,5%, as vendas de energia elétrica no mercado cativo caíram 4,5% (vide item 3 deste comentário de desempenho);
- Reversão contábil de ativos e passivos financeiros setoriais (CVAs) no montante de R\$ 12,3 milhões, contra R\$ 8,3 milhões no 1T15;
- Aumento das subvenções vinculadas aos serviços públicos, que no 1T16 foi de R\$ 16,2 milhões, contra R\$ 12,1 milhões no 1T15;
- Aumento do valor da quota CDE, cujo registro no 1T16 foi de R\$ 23,2 milhões, contra R\$ 10,9 milhões no 1T15.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Receita por Classe de Consumo (R\$ milhões)	Trimestre		Variação	
	1T16	1T15	%	R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	219,9	173,9	+ 26,5	+ 46,0
✓ Residencial	106,0	81,6	+ 29,9	+ 24,4
✓ Industrial	22,4	22,5	- 0,4	- 0,1
✓ Comercial	49,1	37,3	+ 31,6	+ 11,8
✓ Rural	23,2	17,3	+ 34,1	+ 5,9
✓ Outras classes	19,2	15,2	+ 26,3	+ 4,0
(+) Suprimento de energia elétrica	2,8	0,8	+ 250,0	+ 2,0
(+) Fornecimento não faturado líquido	0,1	5,0	- 98,0	- 4,9
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	11,9	10,6	+ 12,3	+ 1,3
(+) Receitas de construção	7,5	10,0	- 25,0	- 2,5
(+) Constituição e amortização - CVA Ativa e Passiva	(12,3)	(8,3)	+ 48,2	- 4,0
(+) Subvenções vinculadas ao serviço concedido	16,2	12,1	+ 33,9	+ 4,1
(+) Outras receitas	1,3	1,1	+ 18,2	+ 0,2
<b>(=) Subtotal 1 - Receita bruta</b>	<b>247,4</b>	<b>205,2</b>	<b>+ 20,6</b>	<b>+ 42,2</b>
(-) Impostos sobre vendas	80,5	59,6	+ 35,1	+ 20,9
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	0,1	6,0	- 98,3	- 5,9
(-) Encargos setoriais	24,8	12,0	+ 106,7	+ 12,8
<b>(=) Subtotal 2 - Receita líquida</b>	<b>142,0</b>	<b>127,6</b>	<b>+ 11,3</b>	<b>+ 14,4</b>
(-) Receitas de construção	7,5	10,0	- 25,0	- 2,5
<b>(=) Total - Receita líquida, sem receitas de construção</b>	<b>134,5</b>	<b>117,6</b>	<b>+ 14,4</b>	<b>+ 16,9</b>

### 2.2 Ambiente regulatório - revisão tarifária

#### 2.2.1 Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 entrou em prática nas contas de energia elétrica o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”. As receitas auferidas pela Companhia provenientes das bandeiras tarifárias em 2016 foram de R\$ 10,4 milhões, ante os R\$ 9,3 milhões registrados no mesmo período de 2015.

Em fevereiro de 2016, a Aneel reduziu, em 40%, o valor da tarifa adicional da bandeira amarela: de R\$ 2,50 para R\$ 1,50. A bandeira vermelha também foi dividida em dois patamares: o patamar 1, com cobrança extra de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos e o patamar 2, de cor vermelha, que mantém o valor de R\$ 4,50 por 100 kWh.

## 2.2.2 Subvenções vinculadas aos serviços

No 1T16, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”) homologou recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), repassados a Energisa Minas Gerais pelas Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, referentes a subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda e usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$ 16,2 milhões. O valor foi registrado pela Companhia como receita operacional.

## 2.3 Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 125,4 milhões em 2016, contra os R\$ 103,7 milhões em 2015, crescimento de 20,9% (R\$ 21,7 milhões). Desse total, as despesas controláveis cresceram 16,5% (R\$ 4,0 milhões), totalizando R\$ 28,2 milhões. Por sua vez, as despesas não controláveis cresceram 16,7%, totalizando R\$ 83,9 milhões, decorrente da elevação dos custos da energia elétrica comprada.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre		Variação	
	1T16	1T15	%	R\$ milhões
1 Despesas controláveis	28,2	24,2	+ 16,5	+ 4,0
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	10,3	9,2	+ 12,0	+ 1,1
1.2 Material	1,9	1,2	+ 58,3	+ 0,7
1.3 Serviços de terceiros	16,0	13,8	+ 15,9	+ 2,2
2 Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	83,9	71,9	+ 16,7	+ 12,0
3 Depreciação e amortização	7,6	5,0	+ 52,0	+ 2,6
4 Provisões contingências e devedores duvidosos	2,7	(0,3)	-	+ 3,0
5 Outras despesas/receitas	3,0	2,9	+ 3,4	+ 0,1
<b>Subtotal</b>	<b>125,4</b>	<b>103,7</b>	<b>+ 20,9</b>	<b>+ 21,7</b>
6 Custo de construção (*)	7,5	10,0	- 25,0	- 2,5
<b>Total</b>	<b>132,9</b>	<b>113,7</b>	<b>+ 16,9</b>	<b>+ 19,2</b>

(\*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

## 2.4 Lucro líquido e geração de caixa

No primeiro trimestre de 2016 (1T16), a Energisa Minas Gerais registrou prejuízo líquido de R\$ 0,6 milhão, ante o lucro líquido de R\$ 3,6 milhões registrados no mesmo período de 2015, retração de R\$ 4,2 milhões. Esse desempenho negativo decorre, fundamentalmente, da reversão contábil de ativos e passivos financeiros setoriais (CVAs), no montante de R\$ 12,3 milhões no 1T16. A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 19,1 milhões no 1T16, contra os R\$ 20,4 milhões apurados no 1T15, decréscimo de 6,4%.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R\$ milhões	Trimestre		Variação	
	1T16	1T15	%	R\$ milhões
<b>(=) Lucro Líquido</b>	<b>(0,6)</b>	<b>3,6</b>	-	- 4,2
(-) Contribuição social e imposto de renda	0,4	(2,0)	-	+ 2,4
(-) Resultado financeiro	(10,1)	(8,3)	+ 21,7	- 1,8
(-) Depreciação e amortização	(7,6)	(5,0)	+ 52,0	- 2,6
<b>(=) Geração de caixa (EBITDA)</b>	<b>16,7</b>	<b>18,9</b>	<b>- 11,6</b>	<b>- 2,2</b>
(+) Receita de acréscimos moratórios	2,4	1,5	+ 60,0	+ 0,9
<b>(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)</b>	<b>19,1</b>	<b>20,4</b>	<b>- 6,4</b>	<b>- 1,3</b>
Margem do EBITDA Ajustado (%)	13,5	16,0		- 2,5 p.p

## 2.5 Resultado financeiro e endividamento

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) no 1T16 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 10,1 milhões, ante R\$ 8,3 milhões registrados no 1T15.

Em 31 de março de 2016, o saldo consolidado de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras da Energisa Minas Gerais totalizou R\$ 91,9 milhões, que incluem os créditos referentes à subvenção tarifária e baixa renda (CDE) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA). Por sua vez, a dívida líquida da Energisa Minas Gerais, que incluem empréstimos, financiamentos, arrendamentos, encargos financeiros, parcelamento de impostos, fundo de pensão e instrumentos financeiros derivativos líquidos, passou de R\$ 211,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 240,2 milhões em 31 de março de 2016.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Energisa Minas Gerais em 31 de março de 2016 e em 31 de dezembro de 2015:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/03/2016	31/12/2015
<b>Curto Prazo</b>	<b>115,5</b>	<b>110,4</b>
Empréstimos e financiamentos	102,5	97,6
Encargos de dívidas	3,7	4,1
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	0,6	0,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	8,7	8,1
<b>Longo Prazo</b>	<b>216,6</b>	<b>222,9</b>
Empréstimos e financiamentos	237,2	258,8
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	1,9	1,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(22,5)	(37,6)
<b>Total das dívidas</b>	<b>332,1</b>	<b>333,3</b>
(-) Disponibilidades financeiras	66,3	89,8
(-) Créditos CDE (subvenção tarifária e baixa renda)	14,1	8,3
(-) Créditos CVA	11,5	24,1
<b>Total das dívidas líquidas</b>	<b>240,2</b>	<b>211,1</b>

## 3 Mercado de energia

No primeiro trimestre de 2016, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão do Energisa Minas Gerais, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 374,1 GWh, redução de 9,7% em relação a igual trimestre do ano anterior. A queda no consumo foi impulsionada pela classe industrial, que mostrou retração de 26,4% no trimestre, considerando os mercados cativo e livre.

A energia total distribuída no 1T16 foi de 390,3 GWh, ante os 427,1 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Descrição	Trimestres		
	1T16	1T15	Var. %
<b>1 Vendas de energia no mercado cativo</b>	<b>312,9</b>	<b>327,5</b>	<b>- 4,5</b>
✓ Residencial	132,0	135,6	- 2,7
✓ Industrial	35,7	44,7	- 20,1
✓ Comercial	64,9	67,0	- 3,1
✓ Rural	41,9	41,6	+ 0,7
✓ Outras Classes	38,4	38,6	- 0,5
<b>2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)</b>	<b>61,2</b>	<b>86,9</b>	<b>- 29,6</b>
<b>3 Mercado cativo + TUSD (1+2)</b>	<b>374,1</b>	<b>414,4</b>	<b>- 9,7</b>
<b>4 Suprimento de energia e não faturado</b>	<b>16,2</b>	<b>12,7</b>	<b>+ 27,6</b>
<b>5 Energia Total Distribuída (3+4)</b>	<b>390,3</b>	<b>427,1</b>	<b>- 8,6</b>

A Energisa Minas Gerais encerrou o 1T16 com 435.179 unidades consumidoras cativas, quantidade 1,5% superior à registrada no 1T15. Já o número de consumidores livres totalizou 33 no fim de 31 de março de 2016.

### Perdas de energia

O combate ao furto e à fraude tem sido foco constante das ações gerenciais da Energia Minas Gerais, que busca trabalhar para aperfeiçoar ainda mais a fiscalização das ligações em suas unidades consumidoras. As perdas de energia elétrica da Energisa Minas Gerais situaram em 9,63%, nos últimos 12 meses encerrados em março de 2016, contra 9,17% registrado em igual período do ano anterior.

## 4 Investimentos

---

No 1T16, os investimentos da Energisa Minas Gerais totalizaram R\$ 8,0 milhões, contra R\$ 10,5 milhões registrados no 1T15.

## 5 Serviços prestados pelo auditor independente

---

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Minas Gerais nos primeiros três meses de 2016 foi de R\$ 134 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

## Demonstrações financeiras

### 1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Em milhares de reais)

	31/03/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalente de caixa	55.134	51.414
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	9.941	37.240
Consumidores e concessionárias	104.553	99.513
Estoques	930	859
Tributos a recuperar	21.877	19.586
Ativos financeiros setoriais	30.529	38.374
Instrumentos financeiros derivativos	344	1.743
Outros créditos	34.124	29.386
<b>Total do circulante</b>	<b>257.432</b>	<b>278.115</b>
<b>Não circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.256	1.160
Consumidores e concessionárias	19.986	19.353
Tributos a recuperar	5.942	6.370
Instrumentos financeiros derivativos	29.692	39.397
Créditos tributários	16.773	8.894
Cauções e depósitos vinculados	4.252	3.784
Contas a receber da concessão	8.981	9.091
Ativo financeiro setorial	4.550	13.762
Outros	138	137
	<b>91.570</b>	<b>101.948</b>
Investimentos	1.607	1.631
Imobilizado	6.636	6.981
Intangível	375.269	375.666
<b>Total do não circulante</b>	<b>475.082</b>	<b>486.226</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>732.514</b>	<b>764.341</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
BALANÇO PATRIMONIAL  
EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015  
(Em milhares de reais)

	31/03/2016	31/12/2015
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	48.632	51.867
Encargos de dívidas	3.676	4.143
Empréstimos e financiamentos	102.479	97.613
Tributos e contribuições sociais	29.634	22.765
Dividendos	8.873	5.926
Encargos setoriais	21.230	24.628
Benefícios a empregados - prêmio aposentadoria	633	633
Obrigações estimadas	3.485	3.194
Passivo financeiro setorial	20.315	22.323
Instrumentos financeiros derivativos	9.039	9.877
Taxa de iluminação pública	1.940	1.705
Outras contas a pagar	11.570	13.307
<b>Total do circulante</b>	<b>261.506</b>	<b>257.981</b>
<b>Não circulante</b>		
Fornecedores	744	744
Empréstimos e financiamentos	237.237	258.848
Tributos e contribuições sociais	27.055	25.843
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	11.413	11.475
Benefícios a empregados - prêmio aposentadoria	1.873	1.743
Instrumentos financeiros derivativos	7.222	1.773
Encargos setoriais	893	644
Passivo financeiro setorial	3.310	5.733
Outras contas a pagar	1.407	1.373
<b>Total do não circulante</b>	<b>291.154</b>	<b>308.176</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital social	107.828	107.828
Reservas de capital	7.921	7.921
Reservas de lucros	29.045	29.045
Dividendos adicionais propostos	-	17.777
Lucros do período	(553)	-
Outros resultados abrangentes	13	13
Recursos destinados a futuro aumento de capital	35.600	35.600
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>179.854</b>	<b>198.184</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>732.514</b>	<b>764.341</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 3. Demonstrações de Resultados

**ENERGISA MINAS GERAIS - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2016 E 2015**  
 (Em milhares de reais)

	1T16	1T15
<b>Receita operacional bruta</b>		
Fornecimento de energia elétrica	219.955	178.884
Disponibilização do sistema	11.855	10.627
Suprimento de energia	2.847	799
Receita de construção	7.479	10.042
Outras receitas operacionais	5.282	4.887
	<b>247.418</b>	<b>205.239</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>		
ICMS faturado	58.349	41.474
PIS, Cofins e ISS	22.109	18.112
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT	61	6.006
Taxa de fiscalização	304	-
Outras (CCC, CDE, P&D e PEE)	24.568	12.073
	<b>105.391</b>	<b>77.665</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>142.027</b>	<b>127.574</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Energia elétrica comprada	70.562	61.941
Encargos de uso do sistema	13.316	9.934
Pessoal	10.181	9.034
Entidade de previdência privada	131	128
Material	1.919	1.243
Serviços de terceiros	15.973	13.805
Depreciação e amortização	7.615	5.019
Provisão para crédito de liquidação duvidosa / contingência	2.682	(317)
Custo de construção	7.479	10.042
Outras despesas	2.690	3.005
Outras receitas operacionais	(406)	(543)
Outras despesas operacionais	801	432
	<b>132.943</b>	<b>113.723</b>
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>	<b>9.084</b>	<b>13.851</b>
<b>Resultado financeiro</b>		
Receita de aplicações financeiras	1.773	367
Acréscimo moratório energia vendida	2.421	1.532
Encargos de dívidas - Juros	(6.809)	(5.483)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	15.931	(41.743)
Ajuste a valor presente	486	17
(-) Transferências para obras em curso	118	174
Marcação a mercado derivativos	2.286	3.060
Instrumentos financeiros derivativos	(20.446)	35.382
Instrumentos financeiros da dívida	(2.732)	-
Outras receitas (despesas) financeiras	(3.131)	(1.611)
	<b>(10.103)</b>	<b>(8.305)</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(1.019)</b>	<b>5.546</b>
Imposto de renda e contribuição social	466	(1.911)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>(553)</b>	<b>3.635</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Notas Explicativas

### Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A Notas explicativas às informações trimestrais Período findo em 31 de março de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

#### 1. Contexto operacional

A Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A, (“Companhia ou Energisa MG”) - empresa integrante do **GRUPO ENERGISA** - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a 435.211 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 26 de maio de 1907.

Contrato de concessão:

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;

IV - atender a todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

VIII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes à revisão e aos reajustes tarifários, ativos e passivos financeiros setoriais, contas a receber da concessão, ativos vinculados a concessão e receita de construção estão apresentadas nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14, e 21, respectivamente.

Renovação de concessões:

A Companhia teve seu contrato de concessão vencido em 07 de julho de 2015 para o qual foi assinado em 09 de dezembro de 2015 o quinto termo aditivo ao contrato de concessão com vencimento em 07 de julho de 2045. O aditivo foi formalizado de acordo com o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia de 09 de dezembro

de 2015, na Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805 de 14 e setembro de 2012 e no Decreto nº 8.461 de 02 de junho de 2015.

O novo aditivo exigiu da Companhia atendimento aos seguintes critérios:

- I - eficiência com relação à qualidade do serviço prestado;
- II - eficiência com relação à gestão econômico-financeira;
- III - racionalidade operacional e econômica; e
- IV - modicidade tarifária.

O alcance dos referidos indicadores será monitorado pelos Órgãos reguladores, podendo haver penalidades na eventualidade de não atingimentos dos mesmos. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2045, o direito de imobilização a receber registrado pela companhia como ativo financeiro até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível, para ser amortizado ao longo da vida útil remanescente dos bens, ao novo prazo de concessão.

## 2. Apresentação das informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

---

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 13 de maio de 2016 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - *Interim Financial Reporting* e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015”), publicadas na imprensa oficial em 23 de março de 2016.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

## 3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

---

### Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB- *International Accounting Standards Board*

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não trouxeram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na nota explicativa 3.1 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

## 4. Informações por segmento

---

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho e para o qual estão disponíveis nas informações financeiras intermediárias.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 65 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro.

## 5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

### 5.1 Caixa e equivalente de caixa

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários à vista	4.516	9.990
<b>Aplicações financeiras de liquidez imediata:</b>	<b>50.618</b>	<b>41.424</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	16.187	3.577
Compromissada (1)	34.431	37.847
<b>Total caixa e equivalentes de caixa (2) - circulante</b>	<b>55.134</b>	<b>51.414</b>

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de março de 2016 equivale a 102,02% do CDI (92,48% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, e são remuneradas a 103,2% do CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (2) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações financeiras são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

### 5.2 Aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
<b>Avaliadas ao valor justo por meio do resultado</b>	<b>9.941</b>	<b>37.240</b>
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5	5
Compromissada (1)	-	21.265
Fundo de Investimento (2)	2.475	66
Fundos de Investimentos Exclusivos (3)	7.435	15.878
Depósito a Prazo c/ Garantia Especial - DPGE (4)	1.180	2.632
Títulos públicos	4.596	13.246
Letra Financeira (LF)	1.659	-
Outros instrumentos	26	26
<b>Mantidas até o vencimento</b>	<b>1.256</b>	<b>1.160</b>
Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) (5)	1.256	1.160
<b>Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (6)</b>	<b>11.197</b>	<b>38.400</b>
Circulante	9.941	37.240
Não Circulante	1.256	1.160

- (1) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante de revenda assumido pelo comprador. São remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.
- (2) Fundos de Investimentos - São classificados como renda fixa e são remunerados de 69,07% a 103,63% do CDI.
- (3) Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CDB, CCB, Debêntures, Compromissadas, DPGE, Fundos de Renda Fixa, LFT, LF, LTN, NTN-B e Fundos Multimercados, são remuneradas de 100,31% até 135,09% do CDI.
- (4) Depósito a prazo com garantia especial - DPGE - com vencimento em 08/04/2016 e 18/04/2016.
- (5) Fundo de investimentos em direitos creditórios - FIDC Energisa 2008 com vencimento em 01/12/2020.
- (6) Inclui R\$1.354 (R\$1.160 em 31 de dezembro de 2015) referente a recursos vinculados a empréstimos, leilões de energia e bloqueios judiciais.

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB's, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira consolidada em 31 de março de 2016 equivale a 102,02% do CDI (92,48% do CDI em 31 de dezembro de 2015).

## 6. Consumidores e concessionárias

	Saldos a vencer		Saldos vencidos				Provisão p/ devedores duvidosos (5)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	há mais de 360 dias		31/03/2016	31/12/2015
<b>Valores correntes: (1)</b>									
Residencial	18.258	-	11.262	571	13	47	(631)	29.520	26.692
Industrial	11.988	-	1.271	109	65	1.405	(1.405)	13.433	12.633
Comercial	10.088	-	2.723	245	106	55	(161)	13.056	11.896
Rural	4.074	-	2.643	176	24	-	-	6.917	7.041
Poder público:	1.921	-	770	69	-	8	(8)	2.760	2.331
Iluminação pública	1.783	-	91	41	-	-	-	1.915	2.065
Serviço público	1.740	-	87	4	-	-	-	1.831	1.978
Fornecimento não faturado	22.754	-	-	-	-	-	-	22.754	22.669
(-) Arrecadação Processo Classificação	3.903	-	-	-	-	-	-	3.903	1.258
<b>Valores renegociados:</b>									
Residencial	246	127	134	58	70	425	(589)	471	419
Industrial	576	1.018	732	229	26	1.683	(4.019)	245	2.833
Comercial	220	2.075	59	26	14	142	(867)	1.669	2.537
Rural	41	36	18	3	2	20	(29)	91	89
Poder público:	65	245	25	5	-	-	(4)	336	453
Iluminação pública	14	26	15	-	-	-	-	55	62
Serviço público	8	32	-	-	-	-	-	40	76
(-) Ajuste valor Presente (3)	(27)	(516)	-	-	-	-	-	(543)	(1.029)
<b>Subtotal -clientes</b>	<b>77.652</b>	<b>3.043</b>	<b>19.830</b>	<b>1.536</b>	<b>320</b>	<b>3.785</b>	<b>(7.713)</b>	<b>98.453</b>	<b>94.003</b>
Suprimento Energia - Moeda Nacional (2)	5.854	-	-	-	-	7.988	(1.086)	12.756	11.899
Outros (4)	13.330	-	-	-	-	-	-	13.330	12.964
<b>Total</b>	<b>96.836</b>	<b>3.043</b>	<b>19.830</b>	<b>1.536</b>	<b>320</b>	<b>11.773</b>	<b>(8.799)</b>	<b>124.539</b>	<b>118.866</b>
Circulante								104.553	99.513
Não Circulante								19.986	19.353

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

O saldo de suprimento de energia - moeda nacional em 31 de março de 2016, inclui valores referentes à comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE no montante de R\$13.813 (R\$12.985 em 31 de dezembro de 2015), deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de março de 2016. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE.

A composição desses valores, incluindo os saldos registrados na rubrica “fornecedores” no passivo circulante de R\$3.139 em 31 de dezembro de 2015, referente a aquisição de energia elétrica na CCEE e aos encargos de serviços do sistema de R\$4.800 (R\$9.547 em 31 de dezembro de 2015), conforme demonstrados a seguir:

Composição dos créditos da CCEE	31/03/2016	31/03/2015
Créditos a vencer	5.854	5.026
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	6.873	6.873
Créditos vencidos (*)	1.086	1.086
	<b>13.813</b>	<b>12.985</b>
(-) Aquisições de energia na CCEE	-	(3.139)
(-) Encargos de serviços do sistema	(4.800)	(9.547)
	<b>9.013</b>	<b>299</b>

(\*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$1.086.

As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

Os valores da energia no curto prazo que se encontram vinculados a liminares podem estar sujeitos à modificação, dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em

vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE (atualmente CCEE), incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no sub-mercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os sub-mercados.

A Companhia não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os saldos vinculados às referidas liminares, por entender que os valores serão integralmente recebidos seja dos devedores que questionaram os créditos judicialmente ou de outras empresas que vierem a ser indicadas pela CCEE.

**Uso de estimativas:** os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

- (3) Ajuste a valor presente: refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual do CDI de 14,13% a.a. (14,14% em 31 de dezembro de 2015). Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital, tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade não foram feitas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante;
- (4) Inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores. A Companhia possui R\$11.776 (R\$11.646 em 31 de dezembro de 2015), referente ao ICMS incidente sobre a disponibilização da rede de distribuição e transmissão aos consumidores livres, suspenso por liminares em contrapartida tem o mesmo valor contabilizado na rubrica de ICMS em tributos e contribuições sociais no passivo não circulante.
- (5) Provisão para créditos de devedores duvidosos - a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL, a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual do saldo a receber dos clientes, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais 360 dias.
- Contratos renegociados - (i) parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas (ii) mais de 3 parcelas vencidas - são provisionadas as parcelas vencidas e a vencer.

Segue movimentação das provisões em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015:

Movimentação das provisões	31/03/2016	31/12/2015
Saldo - inicial circulante - 31/12/2015 e 31/12/2014	6.476	6.114
Provisões constituídas no período/ exercício	3.187	805
Reversão de provisões no período/ exercício	(96)	(443)
<b>Saldo - final - circulante - 31/03/2016 e 31/12/2015</b>	<b>9.567</b>	<b>6.476</b>
Consumidores e concessionárias	8.799	5.708
Outras contas a receber	768	768

## 7 Tributos a recuperar

	31/03/2016	31/12/2015
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS (a)	9.602	9.590
Imposto de renda retido na fonte - IRRF(b)	3.790	3.707
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ (c)	6.986	6.309
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL(c)	1.746	1.371
Contribuições ao PIS e a COFINS (d)	4.523	4.441
Outros	1.172	538
<b>Total</b>	<b>27.819</b>	<b>25.956</b>
Circulante	21.877	19.586
Não Circulante	5.942	6.370

- (a) Refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.
- (b) Imposto de renda originado principalmente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras. Os saldos são compensados com as antecipações mensais de IRPJ, sendo o valor excedente não utilizado dentro do próprio período/exercício incorporado ao saldo negativo de IRPJ do ano calendário.
- (c) Saldo negativo de imposto de renda e contribuição social apurados em anos calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.
- (d) Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS incidentes sobre aquisição até 31 de dezembro de 2014 de equipamentos, materiais e de prestação de serviços para o ativo intangível e imobilizado, os quais são realizáveis nos próximos 33 meses mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre fornecimento de energia elétrica.

## 8 Revisão e reajuste tarifário periódico

### Reajuste tarifário:

Pela execução dos serviços públicos de energia elétrica, a concessionária tem o direito de cobrar dos clientes as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

As tarifas da Companhia foram reajustadas pela ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.895 de 16 de junho de 2015, que aprovou o resultado do reajuste tarifário que gerou um aumento médio a ser percebido pelos consumidores de 3,06%, aplicado desde 18 de junho de 2015.

### Reajuste tarifário extraordinário:

A ANEEL, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2015, deliberou por conceder, a partir de 02 de março de 2015, reajuste tarifário extraordinário (RTE) diferenciado para todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. O efeito médio para a Companhia foi de 26,89%.

O reajuste tarifário extraordinário (RTE) aplicado tem por objetivo adequar a cobertura tarifária dos custos atuais com Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e compra de energia.

### Bandeiras tarifárias:

Desde janeiro de 2015, as contas de energia passaram a ter a incidência do mecanismo denominado Sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras. Além de garantir a cobertura dos custos variáveis de energia às distribuidoras, o mecanismo tem um papel fundamental de sinalizar à população os custos reais de geração de energia elétrica proporcionando que esta possa promover alterações de hábitos voltados à realização de um consumo consciente de energia.

Mensalmente, por meio de um Despacho, a ANEEL divulga a cor da Bandeira Tarifária que será vigente no mês civil seguinte. Para tanto, utiliza-se de informações fornecidas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS de previsões de geração de energia elétrica no país relativas aos custos de geração de energia por fonte termelétrica e à exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetem os agentes de distribuição conectados ao Sistema Interligado Nacional - SIN. Cabe à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE realizar a gestão da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

Dessa forma, as bandeiras verde, amarela e vermelha indicarão se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de energia no SIN.

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre quaisquer acréscimos;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$1,50, a partir de março foi de R\$3,50 e em setembro de 2015 alterou para R\$2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016 uma nova alteração da regulamentação definiu um adicional de R\$1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A cobrança iniciou em janeiro de 2015, com a tarifa aplicada de R\$3,00, a partir de março do mesmo ano o índice foi alterado para R\$5,50 e em setembro de 2015 alterado para R\$4,50 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Em fevereiro de 2016, nova alteração na regulamentação definiu a abertura da bandeira vermelha em dois patamares:

patamar 1 com um índice de R\$3,00 e patamar 2 com um índice de R\$4,50 aplicáveis a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

As alterações da regulamentação de bandeiras tarifárias observadas no segundo semestre de 2015 e início de 2016 foram promovidas pela ANEEL para garantir que o mecanismo regulatório estivesse efetivamente alinhado com as necessidades de coberturas de custos de geração de energia do país. Ao longo da aplicação desse mecanismo foi possível observar que por um período ocorreu insuficiência de recursos (conta centralizadora deficitária), enquanto em outro período se observou sobra de recursos (superávit da conta centralizadora).

Importante destacar que desde abril de 2016 a Bandeira Tarifária Verde está vigente o que, conforme citado, não implica em acréscimos de custos às faturas de energia dos consumidores.

#### **Revisão tarifária:**

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos e, nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.293 de 05 de junho de 2012, aprovou o resultado da terceira revisão tarifária periódica da Companhia com reajuste que gerou um incremento de 1,20%, aplicados a partir de 18 de junho de 2012.

## **9 Ativo e passivo financeiro setorial**

---

A conta de compensação dos valores da parcela A - CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas.

Desde o exercício de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das Companhias de distribuição de energia elétrica, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros itens financeiros o que permitiu a contabilização dos saldos da CVA de forma prospectiva de acordo com o OCPC 08.

No termo aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Desta forma, os valores iniciais reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 31/03/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Energia elétrica comprada para revenda Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	27.758	(2.883)	(6.231)	592	-	19.236	4.154	15.082	16.723	2.513
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	43	914	(26)	27	-	958	17	941	801	157
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	-	327	-	24	757	1.108	-	1.108	923	185
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	451	99	(39)	13	-	524	26	498	441	83
Componentes financeiros	21.499	(8.975)	(4.914)	88	-	7.698	3.276	4.422	6.961	737
<b>Neutralidade da Parcela A (iv)</b>										
CUSD	1.598	3.041	-	-	342	4.981	-	4.981	4.151	830
Exposição de submercados	656	-	(382)	-	(20)	254	254	-	254	-
Outros itens financeiros	131	33	(78)	-	-	86	52	34	80	6
<b>Total Ativo</b>	<b>52.136</b>	<b>(7.360)</b>	<b>(11.670)</b>	<b>744</b>	<b>1.229</b>	<b>35.079</b>	<b>7.779</b>	<b>27.300</b>	<b>30.529</b>	<b>4.550</b>

  

Passivos financeiros setoriais	Saldo em 31/12/2015	Receita Operacional		Resultado Financeiro	Transferência	Saldo em 31/03/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
		Adição	Amortização	Remuneração						
<b>Itens da Parcela A (i)</b>										
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica Encargo de serviços de sistema ESS (iii)	422	-	(707)	-	757	472	472	-	472	-
Componentes financeiros	9.053	2.885	(3.312)	162	-	8.788	2.208	6.580	7.691	1.097
<b>Neutralidade da Parcela A (iv)</b>										
Sobrecontratação de energia (ii)	-	-	(205)	-	342	137	137	-	137	-
Devoluções Tarifárias (*)	11.054	(267)	(498)	370	-	10.659	332	10.327	8.938	1.721
CUSD	-	491	-	-	-	491	-	491	-	491
Outros itens financeiros	-	28	-	-	(20)	8	-	8	7	1
<b>Total Passivo</b>	<b>7.527</b>	<b>-</b>	<b>(4.607)</b>	<b>-</b>	<b>150</b>	<b>3.070</b>	<b>3.071</b>	<b>(1)</b>	<b>3.070</b>	<b>-</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>28.056</b>	<b>3.137</b>	<b>(9.329)</b>	<b>532</b>	<b>1.229</b>	<b>23.625</b>	<b>6.220</b>	<b>17.405</b>	<b>20.315</b>	<b>3.310</b>
<b>Saldo líquido</b>	<b>24.080</b>	<b>(10.497)</b>	<b>(2.341)</b>	<b>212</b>	<b>-</b>	<b>11.454</b>	<b>1.559</b>	<b>9.895</b>	<b>10.214</b>	<b>1.240</b>

(\*) Refere-se a receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, no montante de R\$491, reconhecido como outros passivos financeiros setoriais conforme Despacho ANEEL nº245/2016, que determinou que para operacionalizar os efeitos contábeis em consonância com o Proret, a partir do 4º ciclo de Revisão Tarifária os novos valores decorrentes de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo deverão ser apropriados em Passivos Financeiros Setoriais- Devoluções Tarifárias sendo atualizados mensalmente de acordo com o índice de correção monetária estabelecido no Proret (IPCA) e somente começará a ser amortizado quando da homologação no 5º Ciclo Reajuste Tarifário Periódico.

#### (i) Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica.

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.



**(ii) Repasse de sobrecontratação de energia (energia excedente)**

O Decreto n° 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL n° 255, de 6 de março de 2007.

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 5% do requisito de carga.

**(iii) Encargo de Serviço do Sistema - ESS**

Representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços auxiliares, prestados pelos usuários dos Sistemas Interligado Nacional - SIN;

**(iv) Neutralidade**

Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas.

**10 Outros créditos**

	31/03/2016	31/12/2015
Baixa renda (1)	5.276	2.550
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	4.483	4.540
Ordens de serviço em curso - outros	182	247
Adiantamentos	2.032	3.217
Subvenção CDE - desconto tarifário (2)	8.842	5.779
Créditos com terceiros - Alienação de bens e direitos	1.852	2.564
Adiantamento fundo de pensão	8.704	8.704
Despesas pagas antecipadamente	1.956	1.841
Outros	935	81
<b>Total</b>	<b>34.262</b>	<b>29.523</b>
Circulante	34.124	29.386
Não circulante	138	137

Segue a movimentação do baixa renda e da Subvenção CDE - Desconto Tarifário:

**(1) Baixa renda:**

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial -circulante- 31/12/2015 e 31/12/2014	2.550	3.533
Subvenção Baixa Renda	4.026	15.349
Ressarcimento pela Eletrobrás	(1.300)	(16.332)
<b>Saldo final circulante - 31/03/2016 e 31/12/2015</b>	<b>5.276</b>	<b>2.550</b>

Esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

## (2) Subvenção CDE - desconto tarifário

	31/03/2016	31/12/2015
Saldo inicial -circulante- 31/12/2015 e 31/12/2014	5.779	27.302
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	12.202	60.683
Ressarcimento pela Eletrobrás	(9.139)	(83.437)
Atualização monetária (*)	-	1.231
<b>Saldo final (circulante) - 31/03/2016 e 31/12/2015</b>	<b>8.842</b>	<b>5.779</b>

(\*) conforme regulamentação emitida pela ANEEL através da Resolução homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015.

Refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, através do Decreto nº 7.891 de 23 de janeiro de 2013, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos termos do inciso VII do caput do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Companhia, desde 02 de setembro de 2015, possui ação ordinária onde foi ajuizado o direito de promover mensalmente a compensação das subvenções a receber de CDE e baixa renda, com os valores a pagar de CDE com a Eletrobrás. Desta forma, até março de 2016, foram compensados R\$35.817 referente à subvenção CDE e R\$6.250 referente subvenção baixa renda.

Em 31 de março de 2016, o saldo em aberto corresponde a subvenção incorrida nos meses de fevereiro a março de 2016, cujo ressarcimento a administração da empresa estará compensado no segundo trimestre de 2016.

## 11 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Serviços Aéreos S/A, Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda, Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A, Energisa Geração Usina Maurício e Parque Eólico Sobradinho, Energisa Comercializadora de Energia S/A, além das participações nas sociedades JQMJ Participações S.A., BBPM Participações S.A., Denerge Desenvolvimento Energético S.A. e Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. - em recuperação judicial, que conferiram à Energisa S.A. o controle indireto da Rede Energia S/A e, por consequência, das sociedades: Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS), Energisa Mato Grosso-Distribuidora de Energia S/A (EMT), Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO), Caiuá Distribuição de Energia S/A (Caiuá), Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO), Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE), Empresa de Distribuição de Energia Elétrica do Vale do Paranapanema S/A (EDEV), Empresa Bragantina S/A (EEB), Multi Energisa Serviços S/A, Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER), Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A (REDECOM), Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S/A, Companhia Geral e QMRA Participações S/A, (empresas que passaram a compor o Grupo Energisa).

Transações efetuadas durante o período pela Companhia:

	Serviços contratados (Despesa) (1)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição (Custo) (2)	Comissão aval (Despesa financeira) (3)	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (4)	Saldo a pagar (fornecedores)
Energisa S/A	3.081	-	1.214	35.600	991
Energisa Nova Friburgo - Distribuição de Energia S/A	-	280	-	-	-
Energisa Soluções S/A	6.877	-	-	-	2.139
31/03/2016	9.958	280	1.214	35.600	3.130
31/03/2015	8.748	172	1.238	-	-
31/12/2015	-	-	-	35.600	3.228

(1) Os serviços contratados junto à Controladora Energisa S/A referem-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL.

As transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos.

- (2) Os valores de custo e uso de conexão estão suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL e foram efetuados em condições usuais de mercado.
- (3) Refere-se a custo de comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, de garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a.
- (4) Os recursos destinados a “futuro aumento de capital” não são remunerados e estão registrados no Patrimônio Líquido e foi capitalizado em abril/2016.

### Remuneração dos administradores

No período findo em 31 de março de 2016, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$114 (R\$118 em 31 de março de 2015) e da Diretoria foi de R\$209 (R\$219 em 31 de março de 2015). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$135 (R\$131 em 31 de março de 2015). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$81 (R\$77 em 31 de março de 2015).

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de março, foram de R\$25 e R\$1 (R\$18 e R\$1 em 31 de março de 2015), respectivamente. A remuneração média em 31 de março de 2016 foi de R\$10 (R\$9 em 31 de março de 2015).

Na AGO de 26 de abril de 2016, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2016 no montante de R\$3.793 (R\$3.448 para o exercício de 2015).

## 12 Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, assim como diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	31/03/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>		
Imposto de renda s/prejuízos fiscais	31.474	34.481
Contribuição social s/base negativa	12.365	12.413
<b>Subtotal</b>	<b>43.839</b>	<b>46.894</b>
Diferenças temporárias		
Imposto de renda e contribuição social s/ o lucro	11.890	10.350
<b>Total - não circulante</b>	<b>55.729</b>	<b>57.244</b>
<b>Passivo - Diferenças Temporárias</b>		
Imposto de renda	28.644	35.551
Contribuição social	10.312	12.799
<b>Total - não circulante</b>	<b>38.956</b>	<b>48.350</b>
<b>Total líquido - ativo não circulante</b>	<b>16.773</b>	<b>8.894</b>

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	31/03/2016		31/12/2015	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
<b>Ativo</b>				
Prejuízos fiscais	125.897	31.474	134.881	33.720
Base negativa da CSSL	137.387	12.365	146.372	13.174
Provisão ajuste atuarial	2.506	852	2.376	808
Provisões para riscos	11.414	3.881	11.475	3.901
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	8.800	2.992	6.476	2.202
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	7.431	2.527	5.366	1.825
Ajustes a valor presente	542	184	1.029	351
Outras adições temporárias	3.917	1.332	3.716	1.263
Ativo financeiro setorial (CVA´s)	(11.454)	(3.894)	(19.005)	(6.462)
Marcação a mercado - derivativo	(13.776)	(4.684)	(29.489)	(10.026)
Marcação a mercado da dívida	359	122	(2.374)	(807)
IRPJ e CSSL sobre a parcela do VNR das contas a receber da concessão e atualizações	(89.347)	(30.378)	(91.338)	(31.055)
<b>Total - ativo não circulante</b>	<b>183.676</b>	<b>16.773</b>	<b>169.485</b>	<b>8.894</b>

A seguir está apresentada a estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos. As projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Exercício	Realizações de créditos fiscais
2016	3.883
2017	7.213
2018	12.098
2019	7.190
2020	8.047
2021 a 2024	17.298
<b>Total</b>	<b>55.729</b>

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do período, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	31/03/2016	31/03/2015
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(1.019)	5.546
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	346	(1.886)
Ajustes:		
Outros adições/exclusões	120	(25)
<b>Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro</b>	<b>466</b>	<b>(1.911)</b>
Alíquota efetiva	-	34%

**Uso de estimativas:** os créditos tributários são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação dos créditos tributários, com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores registrados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância de acordo com a legislação fiscal.

### 13 Contas a receber da Concessão

Em 14 de janeiro de 2013, foi publicada a Lei nº 12.783, conversão da Medida Provisória nº 579/2012, que vem determinar a utilização do VNR - Valor Novo de Reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

A partir desta publicação foram alteradas as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar as controladas pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico.

A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia passou a reconhecer o VNR - Valor novo de reposição, homologados pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. Em novembro de 2015 a ANEEL através da Resolução Normativa nº 686/2015 (Proret - Procedimentos de Regulação Tarifária) onde determinou que a base de remuneração fosse atualizada pela aplicação do IPCA.

No período findo em 31 de março de 2016, foram reconhecidos em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$184 (R\$4.572 em 31 de março de 2015), incluindo o impacto do recálculo da atualização monetária pelo IPCA.

Esse direito está classificado como disponível para venda no não circulante. Em 31 de março de 2016, o saldo dessa rubrica monta:

Movimentação	31/03/2016	31/12/2015
Ativo financeiro custo histórico - 31/12/2015 e 31/12/2014	9.091	329.497
Adições no período/ exercício	-	14.701
Baixas no período/ exercício	(294)	(1.279)
Atualização contas a receber da concessão - VNR (*)	184	20.078
Transferência para intangível - Contrato de concessão (**)	-	(353.906)
<b>Ativo financeiro custo corrigido - 31/03/2016 e 31/12/2015</b>	<b>8.981</b>	<b>9.091</b>
<b>Não circulante</b>	<b>8.981</b>	<b>9.091</b>

(\*) Os ativos são atualizados pela variação mensal do IPCA, índice para atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(\*\*) Em 2015 a Companhia, concluiu em dezembro de 2015 o processo de renovação da concessão, tendo sido publicada Portarias por meio da qual o Ministério das Minas e Energia - MME deferiu os pedidos de prorrogação do Contrato de Concessão convocando os representantes legais da Distribuidora para a assinatura do Termos Aditivos ao contrato de concessão.

Após as assinaturas do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, foram publicados, no Diário Oficial do dia 18 de dezembro de 2015, os Extratos dos Termos Aditivos que oficializaram a prorrogação da concessão das Distribuidoras até o dia 07 de julho de 2045.

A Companhia de acordo com o novo prazo de exploração da concessão ora renovada, em 31 de dezembro de 2015, reclassificou o montante de R\$353.906 do contas a receber da concessão para o intangível em serviço.

### 14 Intangível e Imobilizado

	31/03/2016	31/12/2015
Intangível - Contrato da concessão	375.269	375.666
Imobilizado	6.636	6.981
<b>Total</b>	<b>381.905</b>	<b>382.647</b>

## Intangível - Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão. A movimentação dos bens da concessão, é como segue:

	Saldo 31/12/2015	Adição	Transferências	Baixas(*)	Amortização/ Depreciação	Saldo 31/03/2016
<b>Intangível em Serviço</b>						
Custo:	879.068	303	3.652	(1.201)	-	881.822
Amortização Acumulada	(311.701)	-	-	239	(10.997)	(322.459)
Subtotal	567.367	303	3.652	(962)	(10.997)	559.363
Em Curso	11.307	8.016	(3.652)	-	-	15.671
<b>Total Intangível</b>	<b>578.674</b>	<b>8.319</b>	<b>-</b>	<b>(962)</b>	<b>(10.997)</b>	<b>575.034</b>
<b>(-) Obrigações vinculadas à concessão</b>						
Em Serviço						
Custo	239.779	-	429	-	-	240.208
Amortização Acumulada	(50.891)	-	-	-	(3.712)	(54.603)
Subtotal	188.888	-	429	-	(3.712)	185.605
Em Curso	14.120	469	(429)	-	-	14.160
<b>Total das Obrigações vinculadas à concessão</b>	<b>203.008</b>	<b>469</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(3.712)</b>	<b>199.765</b>
<b>Total Intangível</b>	<b>375.666</b>	<b>7.850</b>	<b>-</b>	<b>(962)</b>	<b>(7.285)</b>	<b>375.269</b>
Edificações e benfeitorias	209	-	-	-	-	209
Máquinas e equipamentos	7.568	9	18	-	-	7.595
Veículos	189	-	-	-	-	189
Móveis e utensílios	3.582	-	-	(18)	-	3.564
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>11.548</b>	<b>9</b>	<b>18</b>	<b>(18)</b>	<b>-</b>	<b>11.557</b>
Edificações e benfeitorias	(190)	-	-	-	(2)	(192)
Máquinas e equipamentos	(3.002)	-	-	6	(301)	(3.297)
Veículos	(133)	-	-	-	(7)	(140)
Móveis e utensílios	(1.242)	-	-	-	(50)	(1.292)
<b>Total Depreciação acumulada</b>	<b>(4.567)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>(360)</b>	<b>(4.921)</b>
<b>Subtotal Imobilizado</b>	<b>6.981</b>	<b>9</b>	<b>18</b>	<b>(12)</b>	<b>(360)</b>	<b>6.636</b>
Imobilizado em curso	-	18	(18)	-	-	-
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>6.981</b>	<b>27</b>	<b>-</b>	<b>(12)</b>	<b>(360)</b>	<b>6.636</b>
<b>Total Ativo Intangível e Imobilizado</b>	<b>382.647</b>	<b>7.877</b>	<b>-</b>	<b>(974)</b>	<b>(7.645)</b>	<b>381.905</b>

(\*) Das baixas no montante de R\$974, referem-se à baixas realizadas no período, inicialmente são contabilizados nas Ordens de desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação, determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do intangível está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,41% (4,38% em 31 de dezembro de 2015).

O saldo do intangível e das contas a receber da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas a seguir:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2016	31/12/2015
Contribuições do consumidor (1)	179.361	178.892
Participação da União - recursos CDE (2)	46.423	46.423
Participação do Governo do Estado (2)	21.348	21.348
Reserva para reversão (3)	1.409	1.409
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	5.827	5.827
( - ) Amortização acumulada	(54.603)	(50.891)
<b>Total</b>	<b>199.765</b>	<b>203.008</b>
Alocação:		
Infraestrutura - Intangível em serviço	185.605	188.888
Infraestrutura - Intangível em curso	14.160	14.120
<b>Total</b>	<b>199.765</b>	<b>203.008</b>

- (1) As contribuições de consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.
- (2) As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.
- (3) A reserva para reversão constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, ocorrida em junho de 2008, as obrigações vinculadas à concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de depreciação do ativo imobilizado da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das obrigações especiais. As novas adições, ocorridas a partir de 01 de janeiro de 2015, passaram a ser amortizadas de acordo com a data de aquisição, até estar totalmente amortizado.

### Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, através da REN n° 463 de 22 de novembro de 2011, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente, a partir da revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, passem a ser contabilizadas como Obrigações especiais. Anteriormente ao 3º ciclo esses valores eram contabilizados como receita operacional. A Companhia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária em junho de 2012 e, a partir dessa data, os faturamentos das ultrapassagens de demanda passaram a ser contabilizados na rubrica Obrigações Especiais.

Conforme Resolução Normativa n° 660 de 28 de abril de 2015, a partir do 4º ciclo de revisão tarifária a Receita de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente passou a ser contabilizada na rubrica Passivos Financeiros Setoriais, sendo atualizados, mensalmente, pela variação do IPCA.

A ABRADDEE (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), como representante das distribuidoras de energia elétrica, ingressou no judiciário questionando o tratamento dado a esse faturamento.

### Imobilizado

Taxas de depreciação praticadas pela Companhia são:

Taxas de depreciação do ativo imobilizado	31/03/2016
Edificações e benfeitorias	3,33%
Máquinas e equipamentos	16,21%
Veículos	14,29%
Móveis e utensílios	6,25%

## 15 Fornecedores

	31/03/2016	31/12/2015
Suprimento (1):		
Contratos Bilaterais	31.832	26.699
CCEE	-	3.139
Operador Nacional do Sistema Elétrico (1)	1.024	1.143
Encargo de serviços do sistema (1)	4.800	9.547
Uso do sistema de transmissão/distribuição (1)	2.210	2.656
Conexão a rede (1)	158	36
Materiais e serviços e outros (2)	9.352	9.391
<b>Total</b>	<b>49.376</b>	<b>52.611</b>
Circulante	48.632	51.867
Não circulante	744	744

(1) Refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

## 16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos, bem como os encargos e demais componentes à eles relacionados, são como se segue:

	31/03/2016	31/12/2015
Empréstimos e Financiamentos - moeda nacional	172.966	175.885
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	166.853	183.069
Encargos de dívidas - moeda nacional	1.280	2.643
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	2.396	1.500
(-) Custos a amortizar	(462)	(119)
(-) Marcação a mercado de dívidas	359	(2.374)
<b>Total</b>	<b>343.392</b>	<b>360.604</b>
Circulante	106.155	101.756
Não Circulante	237.237	258.848



A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Periodicidade Amortização	TIR (Taxa efetiva de juros) (5)	Garantias <sup>(1)</sup>
	31/03/2016	31/12/2015					
FIDIC Grupo Energisa III	15.175	15.175	CDI + 0,70% a.a.	dez-20	Mensal	3,43%	F
Luz para Todos - Eletrobrás	7.045	7.694	5,00% a.a. (Pré)	dez-19	Mensal	1,25%	F
Subtransmissão - Eletrobrás	567	637	5,00% a.a. (Pré)	fev-18	Mensal	1,25%	F
Repasse BNDES I - HSBC	91	220	TJLP + 4,30% a.a.	mai-16	Mensal	2,96%	A
Repasse BNDES II - HSBC	79	195	UMBND + 4,30% a.a. (*)	mai-16	Mensal	1,16%	A
Repasse BNDES III - HSBC	54	134	TJLP + 3,90% a.a.	mai-16	Mensal	2,86%	A
Repasse BNDES I - Itaú BBA	2.204	2.311	TJLP + 4,75% a.a.	jan-21	Mensal	3,07%	A
Repasse BNDES II - Itaú BBA	1.212	1.377	UMBND + 3,75% a.a. (*)	jan-21	Mensal	1,02%	A
Repasse BNDES III - Itaú BBA	919	964	TJLP + 5,95% a.a.	jan-21	Mensal	3,37%	A
Repasse BNDES IV - Itaú BBA	1.445	1.520	5,50% a.a. (Pré)	jan-21	Mensal	1,38%	A
Repasse BNDES V - Itaú <sup>(2)</sup>	14.862	14.756	TJLP + 3,96% a 4,26% a.a.	nov-21	Mensal	2,87% a 2,95%	A
Repasse BNDES VI - Itaú <sup>(2)</sup>	9.951	9.618	SELIC + 4,34%	nov-21	Mensal	4,35%	A
Repasse BNDES PER - Itaú BBA	-	186	5,50% a.a. (Pré)	mar-16	Mensal	1,38%	A
FINAME - Itaú BBA	14.652	15.140	2,50% a 10,0% a.a. (Pré)	abr-24	Mensal	0,63% a 2,50%	A
FINAME - CEF	3.062	3.194	8,70% a.a. (Pré)	jan-22	Mensal	2,18%	A
BNDES FINEM - Itaú BBA	22.068	23.134	TJLP + 2,25% a 4,15% a.a.	dez-23	Mensal	2,44% a 2,92%	A
CCB - Safra	65.672	66.507	CDI + 3,00% a.a.	jan-17	Final	4,00%	A
CCB - BBM	15.188	15.766	CDI + 2,50% a.a.	ago-16	Final	3,88%	A
(-) Custo de captação incorrido na contratação	(462)	(119)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Nacional</b>	<b>173.784</b>	<b>178.409</b>					
Resolução 4131 I - Citibank <sup>(1, 3)</sup>	58.547	64.237	Libor + 1,36% a.a.	set-17	Final	-7,90%	A
Resolução 4131 II - Citibank <sup>(1, 3)</sup>	51.144	56.114	Libor + 1,77% a.a.	mai-19	Final	-7,80%	A
Resolução 4131 I - ABC <sup>(3)</sup>	11.699	12.698	3,28% a.a. (Pré)	jul-16	Final	-8,04%	A
Resolução 4131 II - ABC <sup>(3)</sup>	47.859	51.520	5,43% a.a. (Pré)	set-17	Final	-7,50%	A
(-) Marcação à Mercado de Dívida <sup>(4)</sup>	359	(2.374)	-	-	-	-	-
<b>Total em Moeda Estrangeira</b>	<b>169.608</b>	<b>182.195</b>					
<b>Total</b>	<b>343.392</b>	<b>360.604</b>					

A= Aval Energisa, B=Recebíveis

(\*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$1.256 (R\$1.160 em 31 de dezembro de 2015) registrados na rubrica, "aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo não circulante.

(1) O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S.A.. Em 31 de março de 2016 os índices foram cumpridos.

(2) A controladora Energisa S/A firmou um acordo de investimentos com a BNDES Participações S.A - BNDESPAR por meio de um sindicato de bancos, formado entre Itaú Unibanco S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Citibank S.A., visando o repasse no âmbito dos programas FINAME e FINEM, no montante de R\$36.602, sujeito ao atendimento das condições estabelecidas entre os Agentes Repassadores e à confirmação, aprovação e disponibilidade de recursos por parte do BNDES.

O Acordo de Investimentos prevê, ainda, o compromisso de implementar alterações no Estatuto Social da controladora Energisa S.A. de forma a adequá-lo às melhores práticas de governança e adesão ao Regulamento de Listagem do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa em até 48 meses contatos da data de emissão das debentures de 7ª emissão da controladora Energisa S.A.

Até dezembro de 2015 foram liberados R\$24.351, referente a 1ª tranche do programa do Acordo de Investimentos. Esses recursos serão destinados a expansão e modernização do sistema de distribuição de energia elétrica na área de concessão da companhia, além de investimentos na aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos sociais não contemplados nos licenciamentos ambientais.

Os contratos junto ao BNDES possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora Energisa S.A.. Em 31 de março de 2016, os índices foram cumpridos.

- (3) Os contratos de financiamentos junto ao Citibank e Banco ABC, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 24).
- (4) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “hedge” de valor justo ou pela designação como “Fair Value Option” (nota explicativa nº 24).
- (5) Para as dívidas em moeda estrangeira, inclui variação cambial.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização de empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais no período:

Moeda/indicadores	31/03/2016	31/12/2015
US\$ x R\$	-8,86%	47,01%
TJLP	1,88%	7,00%
SELIC	3,26%	13,32%
CDI	3,25%	13,24%
IPCA	2,62%	10,67%
IGP-M	3,27%	10,54%
LIBOR	0,62%	0,29%
UMBNB	0,08%	0,06%
TR	0,45%	1,80%

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2016
2017	134.491
2018	36.637
2019	36.551
2020	18.440
Após 2020	11.118
<b>Total</b>	<b>237.237</b>

Seguem as movimentações ocorridas no período:

Descrição	31/03/2016	31/12/2015
<b>Saldos em 31/12/2015 e 31/12/2014</b>	<b>360.604</b>	<b>345.031</b>
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	-	257.532
Custos Apropriados	(365)	-
Encargos de dívidas - juros, variação monetária e cambial	(9.122)	112.577
Marcação a Mercado das Dívidas	2.732	(2.374)
Pagamento de principal	(3.205)	(328.122)
Pagamento de juros	(7.252)	(24.040)
<b>Saldos em 31/03/2016 e 31/12/2015</b>	<b>343.392</b>	<b>360.604</b>
Circulante	106.155	101.756
Não circulante	237.237	258.848

Os custos de captações dos financiamentos a serem amortizados nos períodos subsequentes são como segue:

Contratos	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018 em diante	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	18	26	71	115
Banco Nacional de Desenvolvimento Economico e Social - BNDES	46	62	239	347
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>88</b>	<b>310</b>	<b>462</b>

## 17 Tributos e Contribuições Sociais

	31/03/2016	31/12/2015
Imposto s/ circulação de mercadorias e serviços - ICMS	29.989	26.372
Encargos sociais	977	1.059
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	14.544	9.901
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	5.612	3.940
Contribuições ao PIS e a COFINS	4.223	5.853
Imposto sobre serviços - ISS	132	166
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	420	461
Outros	792	856
<b>Total</b>	<b>56.689</b>	<b>48.608</b>
Circulante	29.634	22.765
Não circulante	27.055	25.843

## 18 Encargos setoriais

	31/03/2016	31/12/2015
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	16.573	19.874
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	200	227
Ministério de Minas e Energia - MME	100	119
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.772	1.784
Programa de Eficiência Energética - PEE	3.478	3.268
<b>Total</b>	<b>22.123</b>	<b>25.272</b>
Circulante	21.230	24.628
Não-circulante	893	644

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007 e nº 12.212 de 21 de janeiro de 2010.

A atualização das parcelas referentes ao PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, nº 219 de 11 de abril de 2006, nº 300 de 12 de fevereiro de 2008, nº 316 de 13 de maio de 2008, nº 504 de 14 de agosto de 2012, nº 556 de 18 de junho de 2013 e Ofício Circular nº 1.644/2009-SFF/ANEEL de 28 de dezembro de 2009.

Por meio das Resoluções Normativas nº 316, de 13 de maio de 2008, alterada pela REN nº 504 de 14 de agosto de 2012 e nº 556 de 18 de junho de 2013, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

## 19 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas e cíveis, como segue:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total 31/03/2016	Total 31/12/2015
Saldos iniciais - 31/12/2015 e 31/12/2014	4.505	6.604	366	11.475	5.998
Provisão contingências	992	407	-	1.399	9.905
Reversões de provisões	-	-	(181)	(181)	(508)
Pagamentos	(1.258)	(370)	-	(1.628)	(4.621)
Atualização	121	219	8	348	701
<b>Saldos finais - 31/03/2016 e 31/12/2015</b>	<b>4.360</b>	<b>6.860</b>	<b>193</b>	<b>11.413</b>	<b>11.475</b>
Depósitos e cauções vinculados (*)				(2.700)	(2.159)

(\*) A Companhia possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$4.252 (R\$3.784 em 31 de dezembro de 2015) dos quais R\$1.552 (R\$1.625 em 31 de dezembro de 2015), não foram constituídas provisões para riscos, pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou remoto.

### Perdas prováveis

#### • Trabalhistas:

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, sobreavisos e seus reflexos, equiparação salarial, FGTS, verbas contratuais/legais.

No período findo em 31 de março de 2016, o incremento de provisão refere-se basicamente a revisões dos cálculos de liquidação ante a realização de provas periciais, sentenças e acórdãos, bem como a entrada de novos processos requerendo responsabilidade subsidiária para receber adicional de periculosidade, horas extras e seus reflexos e salários.

#### • Cíveis:

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época.

No período findo em 31 de março de 2016, de provisão refere-se basicamente a revisões dos cálculos de liquidação ante a realização de provas periciais, sentenças e acórdãos, bem como a entrada de novos processos requerendo reparação de danos materiais e morais.

#### • Fiscais:

Refere-se basicamente Execução Fiscal, à qual foram apresentados os Embargos à Execução pela Energisa Minas Gerais em busca da anulação de multa administrativa aplicada pela Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor do RJ - PROCON. Em 2ª instância judicial, a multa foi mantida, reformando-se sentença de 1º Grau, que havia sido favorável à empresa.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimado como provável.

### Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante de R\$145.028 (R\$165.633 em 31 de dezembro de 2015), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

A redução no período refere-se, basicamente, a alteração de prognóstico, encerramento de processos e alterações de natureza, efetuadas pelos consultores jurídicos, conforme será detalhado adiante.

- **Trabalhistas:**

As ações judiciais de natureza trabalhistas no montante de R\$4.515 (R\$5.705 em 31 de dezembro de 2015), referem-se a discussões de ex-empregados que requerem recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente de trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias, ocorrendo somente atualização monetária no período.

A redução dos valores refere-se, basicamente, a alteração de prognósticos efetuados pelos consultores jurídicos e encerramento de processos, sendo o mais relevante o encerramento do processo, com valor envolvido de R\$1.705, tendo como objeto a responsabilidade subsidiária.

- **Cíveis:**

As ações judiciais de natureza cível no montante de R\$101.144 (R\$92.421 em 31 de dezembro de 2015), referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição ou decorrentes de variações de tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que os consumidores pretendem a devolução de valores, em face dos reajustes tarifários determinados pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, durante o congelamento de preços no Plano Cruzado, além de multas regulatórias originárias de procedimentos de fiscalização do poder concedente que encontram-se em processo de defesa administrativa.

A redução dos valores refere-se, basicamente, a alteração de prognósticos efetuados pelos consultores jurídicos e encerramento de processos.

- **Fiscais:**

As ações de natureza fiscais e tributárias no montante R\$39.369 (R\$47.051 em 31 de dezembro de 2015), refere-se basicamente a discussões sobre: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS de equipamentos para prestação dos serviços de distribuição e transmissão de energia alocados no ativo intangível da empresa, já tendo a comprovação obtida em decisões favoráveis de 1ª, 2ª e 3ª instâncias, com trânsito em julgado em alguns processos; (ii) cobrança ICMS em decorrência de saída isenta e energia elétrica recebida ao abrigo do deferimento, o que viola a legislação vigente razão pela qual esta garantido a execução e foi interposto embargos à execução na busca de afastar esta cobrança indevida, ocorrendo somente atualização monetária no período.

A redução ocorrida no período refere-se, basicamente, a alteração de natureza em processos no montante aproximado de R\$7.214, cadastrados como réu no momento da execução, tendo sido alterado para autor tendo em vista serem processos de embargos a execução.

Uso de estimativas: A Companhia registrou provisões, as quais envolvem julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação está sujeita a várias reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações circunstanciais tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inscrições fiscais ou exposições identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 20 Patrimônio líquido

### 20.1 Capital social e reservas de capital

O capital social da Companhia é de R\$107.828 (R\$107.828 em 31 de dezembro de 2015), atribuídos a 514.369 (514.369 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias, todas sem valor nominal.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 600 mil ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma,

condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

## 20.2 Dividendos

Em ata da reunião extraordinária do Conselho de Administração realizada em 05 de janeiro de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos intercalares apurado no balanço levantado pela Companhia até 30 de novembro de 2015, no montante de R\$14.830, o que corresponde a R\$32,9026 por ação do capital social. Os pagamentos foram efetuados em 29 de fevereiro de 2016, com base na posição acionária da Companhia em 05 de janeiro de 2016.

## 21 Receita operacional

	31/03/2016			31/03/2015		
	Não revisado pelos auditores independentes		R\$	Não revisado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	323.158	131.962	105.963	317.996	135.603	81.636
Industrial	3.611	35.681	22.409	3.653	44.717	22.515
Comercial	35.144	64.949	49.088	35.063	67.014	37.250
Rural	68.247	41.890	23.226	66.920	41.646	17.273
Poder Público	4.021	8.467	5.773	4.001	8.786	4.895
Iluminação Pública	256	19.299	8.078	257	19.162	5.992
Serviço Público	613	9.518	5.333	592	9.580	4.354
Consumo Próprio	129	1.161	-	119	1.027	-
<b>Subtotal</b>	<b>435.179</b>	<b>312.927</b>	<b>219.870</b>	<b>428.601</b>	<b>327.535</b>	<b>173.915</b>
Suprimento	-	14.740	2.847	-	15.732	799
Fornecimento não Faturado Líquido	-	1.431	85	-	(3.051)	4.969
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	33	-	11.855	32	-	10.627
Receita de Construção (1)	-	-	7.479	-	-	10.042
Outras receitas operacionais	-	-	1.892	-	-	1.672
(-) Ultrapassagem Demanda	-	-	(276)	-	-	(186)
(-) Excedente de Reativos	-	-	(215)	-	-	(315)
Constituição e Amortização - CVA Ativa e Passiva (2)	-	-	(12.347)	-	-	(8.348)
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	16.228	-	-	12.064
<b>Total - receita operacional bruta</b>	<b>435.212</b>	<b>329.098</b>	<b>247.418</b>	<b>428.633</b>	<b>340.216</b>	<b>205.239</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS	-	-	58.349	-	-	41.474
PIS	-	-	3.938	-	-	3.226
COFINS	-	-	18.137	-	-	14.857
ISS	-	-	34	-	-	29
Deduções Bandeiras Tarifárias - CCRBT (3)	-	-	61	-	-	6.006
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	673	-	-	589
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	23.222	-	-	10.895
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	673	-	-	589
Taxa de Fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	-	-	304	-	-	-
<b>Total - deduções da receita operacional</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>105.391</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>77.665</b>
<b>Total - receita operacional líquida</b>	<b>435.212</b>	<b>329.098</b>	<b>142.027</b>	<b>428.633</b>	<b>340.216</b>	<b>127.574</b>

(1) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Refere-se ao montante de ativos e passivos financeiros setoriais reconhecidos no resultado do período de 31 de março de 2016 e 2015 de acordo com a Deliberação CVM nº 732/14.

(3) A partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O acionamento da bandeira tarifária será sinalizado mensalmente pela ANEEL, de acordo com as informações prestadas pelo Operador Nacional do Sistema - ONS, conforme a capacidade de geração de energia elétrica no país.

A ANEEL, através do Ofício nº 185 de 08 de abril de 2015, com alteração efetuada pelo Despacho nº 245 de 28 de janeiro de 2016 estabeleceu novos procedimentos contábeis para registro das Receitas Adicionais das Bandeiras Tarifárias. Pela alteração proposta, os montantes das bandeiras passam a ser registrados na receita operacional.

As receitas auferidas pela Companhia referentes as bandeiras tarifárias no período findo em 31 de março de 2016, foram de R\$10.365(R\$9.326 em 31 de março de 2015). tendo sido repassados a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, o montante de R\$61(R\$6.006 em 31 de março de 2015).

Para os meses de janeiro a março de 2016e 2015 a Aneel já homologou os valores conforme abaixo:

Meses	Despacho	31/03/2016	31/03/2015
Janeiro	Nº 265 de 01 de fevereiro de 2016 (Nº 583 de 04 de março de 2015)	(1)	(1.033)
Fevereiro	Nº 797 de 30 de março de 2016 (Nº 829 de 30 de março de 2015)	(2)	(1.768)
Março	Valor provisionado (*)	(58)	(3.205)
<b>Total</b>		<b>(61)</b>	<b>(6.006)</b>

(\*) Despacho 1.061 homologado em 02 de maio de 2016

## 22 Energia Elétrica comprada para revenda

	MWh (**)		Energia elétrica comprada p/revenda	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Energia de Itaipú - Binacional	71.223	66.050	14.926	14.367
Energia de leilão	50.129	68.854	15.293	15.804
Energia bilateral	143.015	180.241	33.817	41.059
Cotas de Angra REN 530/12	12.011	12.087	2.455	2.004
Energia de curto prazo - CCEE	-	3.289	1.059	3.461
Cotas Garantia Física-Resolução Homologatória ANEEL 1410 - Anexo I	84.928	47.105	5.024	1.454
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	6.983	6.876	3.116	2.202
Ressarcimento pela exposição térmica (*)	-	-	-	(11.534)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(5.128)	(6.876)
<b>Total</b>	<b>368.289</b>	<b>384.502</b>	<b>70.562</b>	<b>61.941</b>

(\*) Através do Decreto presidencial n.º 8.221, foi criada a Conta no Ambiente de Contratação Regulada (CONTA-ACR), destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência de: (i) exposição involuntária no mercado de curto prazo; e (ii) despacho de usinas termelétricas vinculadas a Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR, na modalidade por disponibilidade de energia elétrica.

Em março de 2015 a Aneel homologou os valores através do Despacho nº 773 de 27 de março de 2015 no montante de R\$11.534.

Os valores referentes ao Despacho de março de 2015 foram repassados pela CCEE nas contas correntes vinculadas ao aporte de garantias financeiras do mercado de curto prazo das concessionárias.

Os montantes foram registrados no resultado como redução de custo de energia comprada e sobre eles foram registrados encargos de PIS e COFINS.

(\*\*) Não revisado pelos auditores independentes.

Uso de estimativas: os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os cálculos preparados e divulgados pela entidade ou por estimativa da Administração da Companhia, quando as informações não estão disponíveis tempestivamente.

## 23 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das informações trimestrais, consequentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			31/03/2016	31/12/2015
Risco Operacional	23/10/2016	38.000	160	160
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2016	50.600	117	117
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros	23/10/2016	Até R\$360 / veículo	74	74
Vida em Grupo - Morte e Acidentes Pessoais	31/12/2016	59.179	166	239
			<b>517</b>	<b>590</b>

### Risco Operacional

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básicas tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, riscos diversos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de Bens e locais, erros e omissões.

### Responsabilidade Civil Geral

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

### Frota

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

### Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.



## 24 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	Nível	31/03/2016		31/12/2015	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	2	55.134	55.134	51.414	51.414
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	11.197	11.197	38.400	38.400
Consumidores e concessionárias	2	124.539	124.539	118.866	118.866
Conta a receber da concessão	3	8.981	8.981	9.091	9.091
Ativo financeiro setorial líquido	3	11.454	11.454	24.080	24.080
Instrumentos financeiros derivativos	2	30.036	30.036	41.140	41.140
<b>PASSIVO</b>					
Fornecedores	2	49.376	49.376	52.611	52.611
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas	2	343.392	344.777	360.604	360.784
Instrumentos financeiros derivativos	2	16.261	16.261	11.650	11.650

### Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado os respectivos contas a receber da concessão e ativos e passivos financeiros setoriais como disponíveis para venda, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado do período de R\$396, assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas explicativas nº 9 e 13.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, estão identificadas a seguir:

#### Não derivativos - classificação e mensuração

##### Empréstimos e recebíveis

Incluem consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos, contas a receber da concessão e ativo financeiro setorial. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado, usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

##### Aplicações financeiras avaliadas a valor justo por meio do resultado ou custo amortizado

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, exceto se mantidos até o vencimento, quando a Companhia manifestar intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, esses ativos são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

### Passivos financeiros pelo custo amortizado

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures - Os instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados aos investimentos das distribuidoras obtidos em moeda nacional, junto a Eletrobrás e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. O valor justo dos passivos financeiros referentes aos empréstimos com bancos comerciais que são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados (fonte: CETIP). Para os instrumentos financeiros sem mercado ativo, sendo esse FIDC, a Companhia estabeleceu o seu valor justo como sendo equivalente ao valor contábil do instrumento. Para algumas das dívidas a Companhia realizou a opção pela designação ao valor justo por meio do resultado, conforme descrito abaixo.

### Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

### Hedge Accounting

Em 01 de julho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de março de 2016 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o período, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R\$2.739 e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

## Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no primeiro trimestre de 2016, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de março de 2016, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Durante o período, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em (R\$7) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

- **Incertezas**

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia. Assim, fixou limites de atuação com montantes e indicadores preestabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (revista anualmente e disponível na web site da Companhia) e nos regimentos internos da diretoria.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

## Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final do período/exercício é o seguinte:

	31/03/2016	31/12/2015
Dívida (a)	343.392	360.604
Caixa e equivalentes de caixa	(55.134)	(51.414)
<b>Dívida líquida</b>	<b>288.258</b>	<b>309.190</b>
Patrimônio líquido (b)	179.854	198.184
Índice de endividamento líquido	1,60	1,56

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (excluindo derivativos), conforme detalhado nas notas explicativas nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital, as reservas da Companhia e os recursos destinados ao futuro aumento de capital, gerenciados como capital.

### a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	48.632	-	-	-	744	49.376
Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas	14,28%	83.623	38.025	229.433	61.818	10.022	422.921
<b>Total</b>		<b>132.255</b>	<b>38.025</b>	<b>229.433</b>	<b>61.818</b>	<b>10.766</b>	<b>472.297</b>

### b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. Constituído no primeiro trimestre de 2010, o Comitê de Auditoria do Conselho de Administração tem a função de supervisionar se a administração do grupo vem seguindo as regras e princípios estabelecidos na política.

O risco de crédito, principalmente das distribuidoras de energia elétrica da Companhia, é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, está sujeita a modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

#### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias foi:

	31/03/2016	31/12/2015
Caixa e equivalente de caixa	55.134	51.414
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	11.197	38.400
Consumidores e concessionárias	124.539	118.866
Ativo financeiro setorial líquido	11.454	24.080
Conta a receber da concessão	8.981	9.091
Instrumentos financeiros derivativos	30.036	41.140

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 9, 13 e 24.

### c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 16, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as operações de vendas de opções vinculadas aos swaps dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o período findo em 31 de março de 2016 com queda de 8,9% sobre 31 de dezembro de 2015, cotado a R\$3,5589/USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de março de 2016 era de 22,96%, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de 22,07%.

Do montante consolidado das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de março de 2016, de R\$343.854 (R\$360.723 em 31 de dezembro de 2015), R\$169.608 (R\$182.195 em 31 de dezembro de 2015) estão representados em dólares conforme nota explicativa nº 16. As operações que possuem proteção cambial e os respectivos instrumentos financeiros utilizados estão detalhadas abaixo.

Os empréstimos em dólares têm custo de até 5,43% ao ano + variação cambial e possuem vencimentos de curto e longo prazo, Jul/16, Set/17 e Mai/19, respectivamente.

O balanço patrimonial, em 31 de março de 2016, apresenta R\$344 (R\$1.743 em 31 de dezembro de 2015) no ativo circulante, R\$29.692 (R\$39.397 em 31 de dezembro de 2015) no ativo não circulante, R\$9.039 (R\$9.877 em 31 de dezembro de 2015) no passivo circulante e R\$7.222 (R\$1.773 em 31 de dezembro de 2015) no passivo não circulante, a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações financeiras intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Administração da Companhia permanece atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada e mesmo seus prazos alongados, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A Administração da Companhia procedeu com a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Limitador		Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		31/12/2017	31/12/2018	
Resolução 4131 - Citibank	16.450	Libor + 1,36%	113,90% CDI	28/09/2017	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - Citibank	14.345	Libor + 1,71%	CDI + 1,85%	28/05/2019	-	-	Fair Value Hedge
Resolução 4131 - ABC	3.185	VC + 4,37%	CDI + 3,50%	05/07/2016	-	-	Fair Value Option
Resolução 4131 - ABC	12.903	VC + 7,79%	CDI + 3,95%	08/09/2017	-	-	Fair Value Option

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como “fair value hedge”, vigentes em 31 de março de 2016:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2016	31/12/2015		31/03/2016	31/12/2015
Dívida designada para “Fair Value Option”	60.000	60.000	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(62.410)	(67.075)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	62.410	67.075
			<b>Posição Passiva</b>		
			Taxa de Juros CDI	(69.288)	(67.106)
			Posição Líquida Swap	(6.878)	(30)
			Posição Líquida Dívida + Swap	(69.288)	(67.106)

A Companhia e suas controladas designam certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo (“fair value hedge”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	31/03/2016	31/12/2015		31/03/2016	31/12/2015
Dívida (Objeto de Hedge)*	85.339	85.339	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(107.197)	(115.119)
			<b>Posição Ativa</b>		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	109.160	118.473
			<b>Posição Passiva</b>		
Swap Cambial (Instrumento de Hedge)	85.339	85.339	Taxa de Juros CDI	(88.506)	(88.953)
			Posição Líquida Swap	20.654	29.520
			Posição Líquida Dívida + Swap	(86.543)	(85.599)

(\*) Os empréstimos designados formalmente como “Fair Value Hedge” são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O Valor Justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 16 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

### Análise de Sensibilidade

De acordo com a Instrução CVM 475/08, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

#### a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2015, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações financeiras intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(171.570)		(167.967)	(209.958)	(251.950)
Variação Dívida			3.603	(38.388)	(80.380)
<b>Swap Cambial</b>					
<b>Posição Ativa</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	171.570		167.967	209.958	251.950
Variação - USD e LIBOR		Alta US\$	(3.603)	38.388	80.380
<b>Posição Passiva</b>					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(157.794)		(157.794)	(157.794)	(157.794)
Variação - Taxa de Juros CDI			-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>13.776</b>		<b>10.173</b>	<b>52.164</b>	<b>94.156</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>13.776</b>		<b>13.776</b>	<b>13.776</b>	<b>13.776</b>

(\*) Considera curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela Pesquisa Focus vigente em 31 de março de 2016, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$3,5589 no cenário provável, R\$ 4,4486 no cenário 25% e R\$ 5,3384 no cenário 50%.

Os derivativos no “Cenário Provável”, calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de março de 2016, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$13.776, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, e em função da Companhia não possuir atualmente limitadores, levaria a valor presente positivo de R\$13.776 em ambos os casos.

## b) Variação das taxas de juros

A Energisa Minas Gerais não possui instrumentos financeiros derivativos indexados à taxa de juros.

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de março de 2016 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 3,25% TJLP = 7,5% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	61.815	Alta CDI	8.809	11.011	13.213
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(157.794)	Alta CDI	(22.486)	(28.107)	(33.729)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(96.034)	Alta CDI	(13.685)	(17.106)	(20.527)
	(42.933)	Alta TJLP	(3.220)	(4.025)	(4.830)
	-	Alta FNE	-	-	-
	(9.951)	Alta SELIC	(1.418)	(1.774)	(2.127)
Subtotal (**)	(306.712)		(40.809)	(51.012)	(61.213)
<b>Total - (Perdas)</b>	<b>(244.897)</b>		<b>(32.000)</b>	<b>(40.001)</b>	<b>(48.000)</b>

(\*) Considera o CDI de 31 de março de 2017 (14,25 % ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de março de 2016, TJLP 7,5% ao ano e Selic 14,25%.

(\*\*) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$25.330.

## 25 Benefícios a empregados

### • Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Energisa MG é patrocinadora de plano de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CD) e também possui plano de benefícios definidos (BD), que desde 1997 não é permitido o ingresso de novos participantes e os atuais participantes, estão na condição de assistidos. Para este plano não há contribuições da patrocinadora e dos participantes.

No período findo em 31 de março de 2016, as despesas de patrocínio dos planos foram de R\$129 (R\$214 em 31 de março de 2015).

### • Prêmio aposentadoria

A Companhia em Acordo Coletivo de Trabalho concedeu aos seus colaboradores, um prêmio aposentadoria a ser pago quando do requerimento das aposentadorias do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS).

O referido Prêmio varia de 1,5 a 15 salários base, em razão do tempo de serviço prestado (mínimo de 6 anos e teto de 25 anos), quando do direito do benefício - aposentadoria requerida.

No período findo em 31 de março de 2016, as despesas com o prêmio de aposentadoria foi de R\$158 (R\$75 em 31 de março de 2015).

### • Plano de saúde

A Companhia tem política própria de reembolso de despesas médicas a seus funcionários a razão de 60% do custo efetivo. O desligamento e ou aposentadoria dos empregados automaticamente cessa esse benefício.

No período findo em 31 de março de 2016 as despesas com esse benefício foram de R\$317 (R\$299 em 31 de março de 2015).

## 26 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contrato de compra de energia (*) - R\$ MIL						
Vigência	2016	2017	2018	2019	2020	Após 2020
2016 a 2048	154.862	209.562	216.110	234.339	224.179	3.908.931

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de março de 2016, e foram homologados pela ANEEL.

(\*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e de Itaipu.

## 27 Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	31/03/2016	31/12/2015
<b>Outras transações não caixa</b>		
Contas a receber da concessão - Bifurcação de Ativos	-	338.073
Contas a receber da concessão - Atualização VNR	184	18.947
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamento de Fornecedores a prazo	1.850	2.090
Dividendos a pagar - transferência para aumento de Capital	-	14.396
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	1.850	2.090
Aquisição de intangível com pagamento de recursos FINAME	-	2.473
<b>Atividades de financiamento</b>		
Empréstimos e financiamentos para aquisição de equipamentos FINAME	-	2.473
Aumento de capital com dividendos a pagar	-	14.396

## 28 Eventos subsequentes

### Aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 26 de abril de 2016 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$35.600, mediante a emissão de 35.600 novas ações ordinárias sem valor nominal, pelo preço de R\$1 por ação, passando o capital social a ser de R\$143.428. Todas novas ações ordinárias foram integralmente subscritas e integralizadas pela controladora Energisa S.A. mediante a capitalização do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC.

### Contratação de empréstimo

Contratação de empréstimo celebrado com o Citibank, no montante de R\$60.802, com vencimento em 26 de abril de 2019, com taxa de juros anual equivalente a variação cambial + 2,16% a.a.



## RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A.  
Cataguases - MG

### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### *Demonstração do valor adicionado*

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa  
Contador  
CRC 1RJ 065.976/O-4